



SE 08. Identidades, Territórios e Resiliência no Brasil contemporâneo: Estado, desenvolvimento, violência e reprodução da diferença

Aderval Costa Filho (Universidade Federal de Minas Gerais) - Coordenador/a, Stephen G. Baines (Departamento de Antropologia, UnB) - Coordenador/a, Aderval Costa Filho (Universidade Federal de Minas Gerais) - Participante, Stephen G. Baines (Departamento de Antropologia, UnB) - Participante, Russell Parry Scott (UFPE) - Participante, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (Departamento de Antropologia/UnB) - Debatedor/a, Ana Beatriz Vianna Mendes (Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAN/UFMG) - Participante, Walmir da Silva Pereira (UNISINOS) - Participante, Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE) - Participante, Walmir da Silva Pereira (UNISINOS) - Debatedor/a, Raquel Mombelli (NEPI/UFSC) - Participante, Cintia Beatriz Muller (DEA/UFBA) - Participante, Osvaldo Martins de Oliveira (UFES) - Participante, Gersem José dos Santos Luciano (Universidade Federal do Amazonas) - Debatedor/a

O Simpósio Especial pretende problematizar as questões das identidades e territórios e formas de resiliências no Brasil contemporâneo, a partir da correlação entre poder, territorialidade, Estado, desenvolvimento, preservação ambiental, violência e micropolítica, enfatizando situações de exclusão ou subalternização de povos indígenas, comunidades dos quilombos, povos e comunidades tradicionais, bem como suas lutas pelo reconhecimento formal e acesso à terra/território e demais direitos. Sabe-se que a perspectiva desenvolvimentista e modernizadora adotada pelo Estado Brasileiro tem resultado numa série de impactos sobre territórios tradicionais e modos de vida, resultando em déficits de cidadania de vários grupos historicamente excluídos. Nos dois últimos anos, o cenário político de retrocesso democrático agravou ainda mais este quadro, seja pelo desmonte de aparatos do Estado, pela supressão de programas sociais, cortes orçamentários e paralisação dos processos de regularização, em sintonia com os interesses e projetos hegemônicos. O SE se propõe também a problematizar a atuação do(a) antropólogo(a) nos processos de reconhecimento de direitos étnicos, coletivos e territoriais, no diálogo com campo jurídico e com o poder executivo, no sentido de promover interlocução entre o fazer antropológico, garantia de direitos e lutas sociais. As três sessões serão: Resistência e resiliência; Estado, desenvolvimento e violência; O trabalho do antropólogo e a implementação de direitos.

Mestres de saberes tradicionais e lideranças Quilombolas

Autoria: Osvaldo Martins de Oliveira

O objetivo desta comunicação é analisar narrativas de vida, memórias e práticas socioculturais de mestres tradicionais e de lideranças quilombolas que atuam na gestão política e cultural de suas comunidades no Espírito Santo. Pretendo demonstrar que as celebrações dessas comunidades estão inter-relacionadas com



suas atividades produtivas e que os mestres e lideranças exercem um papel fundamental na gestão dos bens culturais. A partir do argumento da tradição, as lideranças têm atuado em diferentes frentes de engajamento político local e nas administrações públicas para garantirem algumas políticas que assegurem os direitos culturais que consideram fundamentais para a afirmação das identidades quilombolas e afro-brasileiras.

Parques Nacionais e seus desdobramentos no tempo: perspectivas sobre relações entre natureza, cultura e o Estado brasileiro

Autoria: Ana Beatriz Vianna Mendes

À luz de conflitos envolvendo povos tradicionais e áreas ambientalmente protegidas, reflito sobre bens ambientais (naturais e culturais) enquanto ruínas da modernidade. Tomo como front de batalha a descrição e análise de algumas experiências de comunidades que foram e têm sido expulsas de seus territórios em prol da criação de Parques Nacionais (PN), a saber: do PN Serra da Canastra (criado em 1972) e do PN Serra do Cipó (criado em 1987). As histórias de implementação desses dois parques nos permitirão visualizar, paulatinamente, o diálogo com o desenvolvimentismo inerente a essa prática preservacionista, mecanismos de silenciamento e criminalização de saberes e modos de vida, desdobramentos paradoxais em relação à preservação da biodiversidade e, recentemente, passos em direção a um amadurecimento das relações entre povos tradicionais, meio ambiente e Estado.

Prática Antropológica e implementação de direitos: a perícia em processos judiciais, ou quando o antropólogo é o outro?

Autoria: Cintia Beatriz Müller

Cada vez mais antropólogos são convocados a realizar perícias no contexto de processo judiciais. Sob condições de pesquisa completamente diversas daquelas que estamos habituados, sob o risco de sermos colocados sob suspeição em função de works, publicações e, até mesmo, palestras realizadas, o perito pode ser considerado parte interessada, conforme as conclusões a que chega a partir de suas pesquisas e, curiosamente, a partir de outras perícias. Assim, proponho discutir a prática da perícia judicial ou quando o antropólogo é o outro, atuando, observado e desconstruído ao longo de processos judiciais.

[Trabalho completo](#)

Projetos desenvolvimentistas, o Estado, o indigenismo empresarial, e a violação dos direitos dos indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais

Autoria: Stephen G. Baines

O work aborda a situação dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais frente ao ataque nos últimos anos por meio de proposições legislativas lançadas por políticos da bancada ruralista, aliados a grandes consórcios de empresas de agronegócio, mineração e hidrelétricas, como o PEC 215/2000, visando paralisar demarcações, a CPI Funai/Incrá 2, de 2015, que propõe o indiciamento de lideranças indígenas e quilombolas, e o Parecer AGU nº 001/2017, que tenta impor a tese do marco temporal. Após esboçar o quadro político de investimentos no Brasil, e o papel contraditório do Estado, ao promover o desenvolvimento e simular o respeito à legislação relativa aos direitos dos povos tradicionais, abordar-se-á estratégias do movimento indígena para enfrentar as ameaças apresentadas pelo avanço de grandes projetos desenvolvimentistas.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

